

Introdução

ETELVINA LIMA*

A Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais decidiu reunir, no presente fascículo de sua REVISTA, artigos dedicados ao ensino da biblioteconomia e, para isto, solicitou a colaboração de professores e pessoas ligadas à área.

Do total de seis trabalhos recebidos, dois abordam problemas da pós-graduação; quatro — inclusive um dos referentes à pós-graduação — tratam do ensino da ciência da informação; um é informativo sobre a Associação Latino americana de Escolas de Biblioteconomia e Ciências da Informação (ALEBCI).

Contribuições de valor, que denotam preocupações e tendências de renovação do ensino tradicional, ministrado, até hoje, em nossas escolas e cursos de biblioteconomia. Os argumentos apresentados por TEFKO SARACEVIC e HAGAR ESPANHA GOMES em defesa do ensino da ciência da informação em cursos de biblioteconomia são válidos e dificilmente contestáveis. Os dois trabalhos recomendam a pós-graduação como o nível ideal para os cursos de ciência da informação e se referem à indispensável abertura de tais cursos a profissionais de outras áreas.

* Profs da Escola de Biblioteconomia da UFMG. — Diretora Executiva da Coordenação da Biblioteca Universitária da UFMG.

Estamos, ainda, engatinhando em matéria de pós-graduação e, principalmente, da pós-graduação em biblioteconomia. O curso que vem sendo ministrado pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), descrito por HAGAR ESPANHA GOMES, em seu artigo, é, sem dúvida, uma iniciativa pioneira, cujos efeitos na formação de especialistas vinculados às escolas e cursos de biblioteconomia de todo o País já se fazem sentir. Será de grande interesse que, em outra contribuição a esta REVISTA, a autora inclua quadros analíticos da procedência dos alunos já diplomados, bem como a relação das dissertações por eles apresentadas para a obtenção do grau de Mestre. A contribuição à modernização do ensino da biblioteconomia, prestada pelos Mestres habilitados pelo IBBB, seria ressaltada e, além disto, estabelecer-se-á indispensável comunicação entre os pesquisadores da área.

Em seu artigo, EDSON NERY DA FONSECA afirma: "países em desenvolvimento como o Brasil necessitam ao mesmo tempo de bibliotecários graduados para a direção de bibliotecas populares e escolares do interior ainda subdesenvolvido e de bibliotecários pós-graduados para o planejamento de serviços nacionais e regionais de biblioteconomia e documentação, bem como de pesquisadores para a ciência da informação". Não existem, entretanto, no País, portadores de graus de pós-graduação em número suficiente para que se criem outros cursos, em Universidades, para a desejada diversificação da pós-graduação, como proposta por EDSON NERY DA FONSECA. E o impasse tende a perdurar, uma vez que o campo específico de estudos, no curso do IBBB, é a informação científica.

O que, entretanto, nos causou surpresa ao analisarmos a colaboração recebida pela REVISTA, foi a

ausência de trabalhos sobre a formação profissional de bibliotecários em nível de graduação. Significará, isto, que a situação de nossos cursos atingiu um grau máximo de eficiência? Ou, talvez, à vista dos novos rumos abertos pela utilização dos computadores em serviços de bibliotecas, os professores se sintam pouco à vontade para discutir minúcias de técnicas manuais que pressentem tornar-se-ão obsoletas em um futuro talvez próximo?

Não acreditamos em qualquer das alternativas. Acompanhamos de perto as lutas que a administração e os docentes da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais vêm enfrentando para se ajustarem à sistemática da reforma universitária brasileira. Dúvidas e problemas, certamente semelhantes aos existentes em outros cursos, vinculados ou não à rede oficial do ensino superior da biblioteconomia, surgem a cada instante. E será valiosa a troca de idéias, a comunicação de soluções encontradas, mesmo levando-se em conta que caberá ao Conselho Federal de Educação e às próprias Universidades a palavra final sobre o assunto.

Em rápida análise, apontamos alguns problemas que mais insistentemente estão a exigir definições.

A vinculação dos cursos de biblioteconomia a faculdades, departamentos, institutos ou áreas de conhecimentos. Será mais aceitável a vinculação à área de comunicações? A de ciências sociais ou à tecnológica? Muito embora se compreenda a formação profissional do bibliotecário como interdisciplinar, há necessidade de enquadrá-la, para efeitos administrativos, em alguma das tradicionais áreas de conhecimento. As Universidades brasileiras têm encontrado caminhos diversos para esse enquadramento. Qual será o mais razoável?

Os problemas relativos ao currículo mínimo estão a exigir, também, novas definições. É ele satisfatório, em sua área profissional? As chamadas disciplinas culturais, constantes do currículo aprovado em 1965 pelo Conselho Federal de Educação, serão, até hoje, as indicadas para a complementação do ensino profissional, de maneira a que o bibliotecário atenda às demandas de seu mercado de trabalho? Os atuais alunos, egressos do 2º grau do ensino fundamental, possuem atualmente, conhecimentos em disciplinas básicas de maneira a que o ensino da biblioteconomia possa desenvolver-se somente em bases profissionais?

Há, ainda, muitos outros problemas, principalmente relacionados ao conteúdo dos programas e à metodologia do ensino, que gostaríamos fossem discutidos em artigos de nossa REVISTA. Estamos certos de que os professores de escolas e cursos de biblioteconomia e documentação muito se preocupam com estes dois aspectos de seu trabalho, cada dia mais complexo.

O desenvolvimento assombroso — e, porque não dizer? — desenfreado, ocorrido em todas as áreas do conhecimento humano, também se faz notar, é claro, na área da biblioteconomia, da documentação e da informação científica. Não existe mais, entre os professores, a certeza de que aquilo que constitui o “programa” de sua disciplina é, efetivamente, o que um profissional precisa conhecer. Na ânsia de transmitir novos conhecimentos, dos quais, continuamente, tomam conhecimento através da literatura especializada, os professores acrescentam itens àqueles que já ensinavam, perplexos ante a necessidade de abrir mão de conceitos e técnicas que constituíram o núcleo de seu trabalho, pouco tempo atrás. Solicitam, e, às vezes, conseguem, aumento de horas-aula, e, mesmo assim, sentem-se em terreno escorregadio, cada vez mais se

envolvendo em generalidades e incertos quanto aos resultados do aprendizado. É preciso, portanto, que se discutam os conteúdos programáticos dos cursos de biblioteconomia para que, consideradas as diferenças regionais, se chegue a um consenso do que deve, realmente, ser ensinado.

Muito se fala na necessidade de renovação de métodos e processos de ensino. De fato, longe vai o tempo em que ensinar, ou o que assim se chamava, consistia em descrever, verbalmente, conceitos e técnicas que o aluno absorvia, em maior ou menor grau e que aplicava, como se fosse uma receita culinária, para fazer uma biblioteca funcionar. Nos tempos atuais, é preciso ensinar o aluno a tomar decisões, com referência a métodos e processos de trabalho adequados à situação real encontrada em sua instituição — seja ela uma pequena biblioteca, um serviço de documentação ou um banco de dados. E, para que isto aconteça, não é possível transmitir-lhe verbalmente, para que ele as anote em um caderno, todas as opções possíveis. Mesmo porque as mudanças ocorrem continuamente, novas soluções se apresentam. Ensinar proveitosamente é, portanto, dar ao aluno o domínio e o conhecimento de fontes onde possa obter informações, no momento necessário, para encontrar subsídios para suas decisões. E, então, a tarefa mais se complica: a modernização do processo de ensino da biblioteconomia encontra ainda sério obstáculo na falta de textos em português. Não se discute que o domínio de pelo menos duas línguas estrangeiras seja indispensável ao bibliotecário. Entretanto, é muito diferente exigir que alunos, sobrecarregados pela coincidência de exigências escolares, estudem em textos estrangeiros, dos quais, muitas vezes, a biblioteca do curso dispõe de um ou dois exemplares. Preocupados

em cumprir tarefas que lhes garantirão os pontos ou notas, necessários à aprovação, os alunos realizam verdadeiro malabarismo para absorver um mínimo de cada disciplina, o suficiente para "passar". Não se estuda por prazer, não se aprende para saber. A generalização é temerária, evidentemente. Existem as exceções e, principalmente, as diferenças individuais, das quais resultam, felizmente, os futuros líderes profissionais. Mas o professor se vê compelido a desistir de "idéias novas" e voltar às aulas formais, por vezes ilustradas por áudio visuais, para que a maioria de seus alunos possa, ao menos, tomar notas e relê-las, quando possível. Esta, talvez, a razão do comentário de HAGAR ESPANHA GOMES a respeito da não aceitação de novos processos de ensino por parte dos alunos de pós-graduação.

Não acreditamos que as observações acima sejam pessimistas. Pelo menos, a intenção que tivemos ao formulá-las foi, antes, de desafio e não de lamentações. Que se restabeleçam as reuniões da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia, para discussão de problemas de currículos, conteúdo programático e processos de ensino. Que se escreva sobre estes assuntos. Que se estabeleçam debates. A Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais está pronta a acolher colaborações que contribuam para a melhoria do ensino e da pesquisa na área da biblioteconomia, da documentação e da ciência da informação.